



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,01 % São Paulo 1,18 % Nova York	177.418 185.188 3 1/8 1/9 2/9 3/9	R\$ 5,104 (- 0,08%)	Últimos 27/agosto 5,162 28/agosto 5,196 31/agosto 5,180 1/setembro 5,155 2/setembro 5,108	R\$ 1.621	R\$ 5,936	13,90%	13,77% Marco/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Mai/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07

VOTAÇÕES

Congresso aprova fim da “Taxa das Blusinhas”

Sob protestos do setor produtivo, MP que zera o imposto das compras internacionais de até US\$ 50 feitas em plataformas digitais passa com folga no Parlamento. Considerado vitória eleitoral, texto segue para sanção do presidente Lula

» LUÍZA ALTOÉ

Os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aprovaram, ontem, a medida provisória que pôs fim à “taxa das blusinhas”, imposto federal de importação de 20% aplicado sobre compras internacionais de até US\$ 50. A votação na Câmara e no Senado ocorreu de forma expressa e simbólica, aprovando o mesmo texto da comissão mista.

Os deputados apresentaram destaques, mas todos foram rejeitados. No Senado, não houve discussão. Vale lembrar que a matéria foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão e, portanto, segue para sanção presidencial.

A votação ocorre a cerca de um mês das eleições e é considerada uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se reuniu com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para garantir o aval à matéria. “Ao retirarmos essa cobrança, reduzimos o peso dos impostos justamente sobre quem mais precisa, sobre quem mais sente o impacto de cada real no orçamento familiar”, defendeu Motta após a aprovação da matéria.

Durante a tramitação no Congresso, o texto passou por alterações para ser mais bem recebido pelo setor produtivo, que aponta a existência de concorrência desleal com a tributação zerada. Com isso, foi adicionado um mecanismo que determina ao Ministério da Fazenda a realização de avaliações periódicas sobre os efeitos econômicos da medida.

A primeira análise deve ser concluída em até três meses após a publicação da matéria. A partir daí,

Ton Molina/Agência Senado



Alcolumbre, que na semana passada articulou a aprovação da MP com o presidente Lula, parabenizou a senadora Leila Barros pelo relatório

novas avaliações ocorreriam em até seis meses. O regime de tributação simplificada também será objeto de avaliação anual pelo Congresso Nacional. A ideia é que os dados sejam divulgados e, caso seja identificado um impacto considerável na economia brasileira, medidas de mitigação possam ser adotadas.

O relatório estabelece cinco grupos de indicadores a serem avaliados: emprego e renda;

competitividade nacional; compras internacionais; diferença de tributação e arrecadação. Serão monitorados, obrigatoriamente, os setores: têxteis e vestuário; calçados; acessórios; brinquedos e cosméticos.

O texto autoriza o Ministério da Fazenda a alterar as alíquotas de imposto de importação para remessas postais internacionais. As alíquotas podem ser reduzidas a zero para remessas de até US\$ 50

dólares e a 30% para remessas de até US\$ 3 mil.

O texto aprovado também determina que, em caso de medicamentos sem similar nacional, importados por pessoa física para uso próprio ou individual para tratamento de doenças raras ou negligenciadas, haverá alíquota zero do Imposto de Importação e afasta os limites de valor do Regime de Tributação Simplificada (RTS).

Outras mudanças ao texto original da MP dizem respeito à determinação de que as plataformas digitais intermediadoras e operadores logísticos adotem mecanismos destinados à identificação de indícios de subfaturamento, fracionamento artificial de remessas e ocultação de remetente. Além disso, devem implementar medidas para evitar a comercialização de produtos de origem ilícita ou que

infrinjam os direitos de propriedade intelectual.

O descumprimento das obrigações pode sujeitar o infrator a advertências, multas proporcionais ao valor das transações com produtos ilegais, suspensão temporária das atividades e, em casos graves ou reincidentes, ser proibida de operar no mercado nacional.

Entre as medidas previstas estão a verificação da identidade dos vendedores; disponibilização de canais para denúncias; retirada de anúncios de produtos ilegais; suspensão de vendedores infratores; e realização de auditorias periódicas. Caberá às plataformas garantir a rastreabilidade dos vendedores estrangeiros, monitorar padrões anormais de remessas, manter registros eletrônicos das operações e cooperar com a Receita Federal.

Setor protesta

Após a aprovação, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) emitiu nota criticando a “falta de isonomia tributária” na aprovação da MP da Taxa das Blusinhas. “A entidade entende que a medida mantém um tratamento favorecido às empresas estrangeiras e aumenta os desafios competitivos para negócios instalados no Brasil”, afirma.

No entanto, a entidade reconheceu os avanços advindos dos instrumentos adicionados que fortalecem a fiscalização, preveem avaliações e responsabilizam plataformas. “A inclusão desses instrumentos representa um avanço ao criar mecanismos de acompanhamento capazes de subsidiar futuras discussões a respeito dos efeitos da política e possíveis ajustes necessários para reduzir assimetrias concorrenciais”, apontou.

PEC que reduz jornada fica para depois

» ROSANA HESSEL

A votação, no plenário do Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do fim da jornada 6x1, PEC nº 221/2019, ficou para depois das eleições. A confirmação foi feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), apesar de a pauta ser considerada prioritária para o governo. O primeiro turno das eleições presidenciais está marcado para o dia 4 de outubro.

“Vou dizer para Vossa Excelência e para o Brasil, senador Paulo Paim, que Vossa Excelência estará aqui votando, após as eleições, o fim da escala 6x1 no plenário do Senado”, declarou Alcolumbre durante sessão do Senado.

Em discurso feito pouco antes, Paim (PT-RS) disse esperar a aprovação da PEC antes de sua aposentadoria. O senador decidiu não concorrer à reeleição este ano.

Na véspera, a PEC 221/2019 foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa. Mas o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) admitiu não ter certeza de aprovação no Plenário.

Diante da perspectiva de adiamento, o presidente Lula criticou,

nas redes sociais, a articulação da oposição contra a PEC. O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha do principal rival do petista na corrida eleitoral, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) reagiu. “Ontem, o Brasil testemunhou, mais uma vez, quem é quem no Congresso Nacional. Enquanto tentávamos avançar com a PEC que acaba com a jornada 6x1 no Senado, a oposição, capitaneada pelo coordenador da campanha do meu opositor nessa corrida presidencial, atuava para impedir o avanço da pauta”, escreveu o Lula em postagem no X. Em resposta, Rogério Marinho chamou o petista de “mal-intencionado” e afirmou que ele “engana a população há mais de 40 anos”. “Você está aplicando o golpe da picanha 2, tentando fazer o povo acreditar que é possível reduzir a jornada sem redução de remuneração e que isso não terá consequências para todos. O custo da sua irresponsabilidade será pago pelo trabalhador, que vai encontrar preços mais altos, empresas fechando, desemprego e um empurrão para a informalidade”, escreveu.

Analistas veem a PEC do fim da jornada 6x1 como uma jogada eleitoreira e consideram o adiamento da votação da matéria mais

Ton Molina/Agência Senado



Ao se despedir da vida pública, Paim cobrou aprovação da PEC

sensato, para evitar atropelos nessa semana de esforço concentrado do Congresso. Além disso, lembram que a matéria é vista com preocupação pelo setor produtivo, devido ao aumento de custos, especialmente em um momento de desaceleração da atividade.

“Adiar é a decisão mais sensata

para todos. Na realidade, tomar uma decisão tão importante como essa que vai trazer uma mudança tão significativa em diversos setores de prestação de serviço, como comércio, educação, saúde, assim, de forma abrupta e sem um estudo, sem analisar as consequências do momento onde você tem uma

pressão inflacionária do setor de serviços, onde tem juros altos, onde a economia está desacelerando”, avaliou o economista Écio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para Costa, a mudança na escala de trabalho deveria ser feita por um presidente no início de mandato e não no último ano, porque há vários estudos apresentando que o Produto Interno Bruto (PIB) deverá colher por conta dessa mudança na jornada de trabalho. “Essa mudança é algo assim que, realmente, precisa ser pensado com bastante calma e deve ser uma decisão de um novo governo em adotar essa mudança ou não”, acrescentou.

Conforme dados de um estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a redução da jornada sem a devida compensação poderia provocar impacto de até 16% no PIB brasileiro e levar à perda de cerca de 18 milhões de postos de trabalho. “A nossa defesa é pelo diálogo e pelo equilíbrio. É possível discutir melhorias nas condições de trabalho e qualidade de vida sem retirar de empresas e trabalhadores a possibilidade de construir, por meio da negociação coletiva, a jornada

mais adequada para cada realidade”, destacou Fernanda Ribas, gerente trabalhista da Fiemg, por meio de nota.

Apesar de considerar a PEC do fim da escala 6x1 positiva, em termos de mercado de trabalho, o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Cesar Bergo defendeu mais análise e discussão em torno da proposta. “Obviamente, o setor produtivo é contra essa decisão, porque não há por parte do governo nenhum esforço para redução dos encargos trabalhistas. Então você teria um aumento em função da redução da jornada de trabalho e as empresas não poderiam absorver isso. Teria mais custos”, explicou.

O acadêmico também reconheceu o viés eleitoreiro da PEC do fim da escala 6x1, assim como a medida provisória que acaba com a taxa das blusinhas, a MP nº 1.357/2026, aprovada ontem no Congresso. E, para ele, o adiamento da PEC também foi resultado da falta de articulação de Lula e dos líderes governistas. “O que estamos vendo é um governo bastante fraco nesse aspecto de articulação no Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado”, frisou. (Colaborou Luíza Altoé)